

1 **ATA DA 2ª REUNIÃO ORDINÁRIA DO CEIVAP, REALIZADA EM 23 DE**
2 **NOVEMBRO DE 2004, EM PARAIBUNA – SP.**
3

4 Aos 23 (vinte e três) dias do mês de novembro de 2004, o Comitê para Integração da Bacia
5 Hidrográfica do Rio Paraíba do Sul–CEIVAP, realizou a sua 2ª Reunião Ordinária do ano de
6 2004, na cidade de Paraibuna - SP, no auditório do Núcleo Residencial CESP, localizado na Vila
7 Camargo. O Presidente do CEIVAP, Eduardo Meohas, deu início aos trabalhos às 13:30 horas,
8 informando que o quorum regulamentar para início da reunião estava assegurado, pois assim
9 constatara pela Lista de Presença (ANEXO1). Convidou a integrar a mesa as seguintes
10 autoridades: Luiz de Gonzaga Santos (Prefeito de Paraibuna); Benedito Jorge dos Reis
11 (Presidente do CBH-PS); Antonio Evangelista de Souza (Vice-Presidente do CEIVAP); Juliana
12 Koeppel (Secretária Executiva em Exercício do CEIVAP); Wilde Cardoso Gontijo Junior
13 (Representando a ANA); Danilo Toledo (Prefeito de São Luis de Paraitinga e Vice-Presidente do
14 CBH-PS); Romildo Eugênio de Souza (Secretário Executivo do CBH-PS); Rui Brasil Assis
15 (Representante do Estado de São Paulo); formada a mesa, o Sr. Eduardo Meohas, saudou a
16 presença dos Prefeitos eleitos de Muriaé Sr. José Braz, de Igaratá Sr. Luiz Carlos Lourenço, de
17 Natividade da Serra Sr. João Carvalho, e de São José do Barreiro Sr. Paulo. Agradeceu também a
18 presença da Representante da Secretária do Meio Ambiente de São Paulo Sra. Lucia Bastos
19 Ribeiro de Sena; após as apresentações e saudações o Sr. Eduardo Meohas franqueou a palavra
20 aos integrantes da mesa, que fizeram alocações sobre o evento que ora se instalava, e sua
21 importância para a gestão de recursos hídricos do Brasil. Retomando a condução dos trabalhos,
22 fazendo uso da palavra o Presidente Meohas fez uma leitura da pauta que consta da ordem do dia,
23 com os seguintes itens: 1 – Abertura; 2- Informes da Secretaria Executiva do CEIVAP; 3-
24 Informes dos Membros do Comitê para a Plenária sobre assuntos relevantes de interesse do
25 CEIVAP; 4- Operacionalização da AGEVAP: implementação do Contrato de Gestão com a
26 ANA; 5– Deliberação sobre a aplicação de recursos da Cobrança em 2005; 6– Celebração de
27 Convênio entre AGEVAP e CBH-PS; 7– Homenagens; 8– Assuntos Gerais; e, em seguida deu
28 início aos trabalhos, passando a palavra a Sra. Juliana Koeppel, que comunicou o desligamento
29 do Sr. Fídias de Miranda da Secretária Executiva do CEIVAP, por ter assumido compromissos
30 profissionais internacionais que o impedia de continuar a frente desta e do CEIVAP pela FIEMG
31 - Federação das Indústrias do Estado de Minas Gerais, passando a responder pela Secretaria
32 Executiva do CEIVAP, ela, Sra. Juliana Koeppel indicada pela FIEMG para substituí-lo; em
33 seguida, deu os informes aos Membros da Plenária, comunicando que, será realizado no mês de
34 dezembro (16 e 17) as últimas reuniões de Câmaras Técnicas, Assembléia Geral da AGEVAP e
35 CEIVAP, momento em que estará sendo apresentado para aprovação da Assembléia do CEIVAP
36 o Manual de Hierarquização para os projetos na bacia hidrográfica do rio Paraíba do Sul;
37 Fazendo uso da palavra o Sr. Eduardo Meohas, informou, que, naquele momento, acabara de ter
38 recebido do Presidente da ANA, Sr. Jerson Kelman, a garantia de que, o remanescente dos
39 recursos previstos para o investimento na Bacia através do PRODES, seria repassado diretamente
40 à AGEVAP, para serem aplicados na Bacia hidrográfica do rio Paraíba do Sul; informou também
41 que, em função da mudança da Direção do BNDES, fez com que adiasse, o seminário previsto do
42 BNDES para apresentação do PRODESPAR–Programa de Despoluição do Paraíba do Sul, cujo
43 objetivo, seria informar aos possíveis tomadores, os valores previstos, os critérios e metodologias
44 para financiamento de obras e projetos que o programa venha a atender. Concluindo, o Sr.
45 Eduardo Meohas, informou também que, tinha a garantia de que este programa será mantido pela
46 nova Diretoria do BNDES. Retomando os trabalhos do CEIVAP, o Sr. Eduardo Meohas, em
47 atendimento as inscrições, franqueou a palavra a Sra. Maria Aparecida Vargas, como
48 Coordenadora do GT Regimento Interno do CEIVAP, informou aos Membros da Plenária, do
49 andamento dos trabalhos do GT, e que as propostas de alterações vinham sendo também
50 apresentadas e discutidas nas Câmaras Técnicas, e que, após serem referendadas, seria
51 encaminhado para aprovação do CEIVAP, deu destaque que, este novo Regimento implicará

52 diretamente na redefinição do novo papel das Câmaras Técnicas, justificando, que o atual
53 Regimento das Câmaras Técnicas é causa de seu esvaziamento, comprometendo os trabalhos por
54 falta de quorum, e propõe que esta versão do Regimento interno seja disponibilizado a todos os
55 Membros para as considerações e contribuições, para serem avaliadas na próxima reunião das
56 Câmaras Técnicas, e assim encaminhada para a aprovação do CEIVAP na próxima reunião em
57 Muriaé (MG); fazendo uso da palavra a Sra. Marilene Ramos, chama a atenção de todos,
58 lembrando que, a quase dois anos, a Deliberação nº15 instituiu a cobrança a nos rios de domínio
59 da União a partir de março de 2003, e, previa-se o encaminhamento desta Deliberação ao
60 Conselho Nacional de Recursos Hídricos, a ANA e para os Governos dos Estados, para que a
61 cobrança fosse estendida também aos rios de seus domínios, fato que até este momento não havia
62 nenhum parecer dos Estados de São Paulo e Minas Gerais, com exceção do Estado do Rio de
63 Janeiro, e solicitou um posicionamento do CEIVAP; outra questão levantada pela Sra. Marilene
64 Ramos, trata-se da discussão envolvendo o ante-projeto de lei de Saneamento que vem sendo
65 debatido, e, que prevê a criação dos Fóruns, Conselhos e Planos Nacional e Estaduais de
66 Saneamento, que no seu entender, é um caminho burocrático, e que o Fórum para esta discussão
67 são os Comitês, sendo esta uma questão de racionalidade, e cabe aos Comitês fazer chegar até
68 aqueles que estão discutindo estas questões, que esta não é uma questão setorial ou fechada, e
69 que, o Fórum adequado para se discutir estas questões de Saneamento são os Comitês, e solicitou
70 ao CEIVAP, as providências de uma Moção manifestando sua discordância e preocupação com
71 esta duplicação de esforços; fazendo uso da palavra o Sr. Wilde Cardoso Gontijo Junior, informa
72 que, tendo em vista que a arrecadação prevista pela cobrança, encontra-se com um nível de 29%
73 de inadimplência, ou seja, dos 10 milhões de reais previstos, a estimativa é que se chegue a 6,5
74 milhões de reais, propôs duas ações: a primeira seria uma medida administrativa a ser tomada
75 pela ANA para a encaminhamento ao CADIN da relação de inadimplentes ainda em dezembro de
76 2004 (a ANA tem tomado as providências internas no Governo Federal para operacionalizar este
77 procedimento); a segunda diz respeito às Deliberações CEIVAP nº 8 e 15, que aprova e institui a
78 cobrança pelo uso da água, mas não prevê os procedimentos de negociações dos atrasados, e,
79 tendo em vista que alguns dos inadimplentes vem tentando regularizar suas situações, mas, se
80 vêem impossibilitados para tal. Diante disso, o Sr. Wilde apresentou uma Minuta de Deliberação
81 para Cobrança dos atrasados, para ser apreciada na próxima reunião do CEIVAP em Muriaé
82 (MG), e, concluindo sua apresentação, alertou que, os investimentos previstos pelo PRODES na
83 Bacia, não atingiram sua totalidade em decorrência, dentro outros, da falta de projetos; pela
84 ordem de inscrições, fez uso da palavra o Sr. Antonio Evangelista de Souza, que rendeu
85 homenagens ao CBH-PS, destacando o grande trabalho de seu Presidente Sr. Benedito Jorge,
86 estendendo o mesmo, a todos que compõem o Comitê, e, parabenizou a iniciativa da realização
87 da reunião conjunta dos Comitês, dizendo ser este o intuito maior da integração; retomando a
88 condução dos trabalhos, o Sr. Eduardo Meohas, informou que a discussão do Regimento do
89 CEIVAP e o parcelamento dos atrasados ficaria para a reunião de Muriaé (MG), por não ter
90 havido consenso para a reunião em curso; em complemento, a Sra. Maria Aparecida Vargas,
91 informou que, o objetivo de se realizar esta discussão do parcelamento, em Muriaé, vem da
92 proposta de se convocar uma reunião com estes prefeitos, de tal forma que, desta reunião os
93 Prefeitos se comprometam em arcar com este parcelamento. Assim, a proposta de forma
94 consensual seria encaminhada para avaliação da Câmara Técnica, e, em seguida ao CEIVAP;
95 franqueada a palavra ao Sr. Rui Brasil Assis, propôs que buscasse uma forma de realizar as
96 reuniões de Câmaras Técnicas com um espaçamento de tempo maior em relação a reunião do
97 CEIVAP, assim, as propostas de encaminhamentos seriam melhores avaliadas pelos Membros;
98 comentou que o Projeto de Lei que trata da Cobrança no Estado de São Paulo, por opção política
99 do Governo e não burocrática, lembrando que, São Paulo é um estado da Federação, que respeita
100 a constituição e suas Leis, e assim, resolveu encaminhar para a Assembléia Legislativa o Projeto
101 de Lei, assumindo todo e qualquer risco que poderia ocorrer, e, convidou o CEIVAP e os
102 Comitês Paulistas a fazerem seus movimentos e articulações no lugar adequado, e, não se sentia

103 confortável em propor ao CEIVAP uma sansão ao Estado do Rio de Janeiro que optou por outra
104 linha para aprovação da cobrança, pois respeitava a história e as prerrogativas Legais daquele
105 Estados, onde a cobrança aprovada não se dará por bacia hidrográfica, será recolhido na bacia,
106 mas aplicado onde se achar conveniente, deixou antecipadamente seu agradecimento a todo e
107 qualquer apoio que viesse a ajudar a implantar a cobrança em São Paulo; na ordem dos inscritos,
108 fez uso da palavra o Sr. André Pinhel (SERLA), naquele ato representando o Governo do Estado
109 do Rio de Janeiro, onde esclareceu que, a cobrança aprovada no Rio de Janeiro, ao contrário que
110 informou o Sr. Rui Brasil, os recursos arrecadados tem a prioridade de ser aplicados na Bacia do
111 Paraíba do Sul, haja visto, informou o Sr. André, que estava sendo apresentado naquela reunião,
112 para deliberação do CEIVAP, recursos oriundos da cobrança no Rio de Janeiro para serem
113 aplicados na Bacia no valor de R\$ 700 mil reais aproximadamente; solicitou que fossem incluída
114 na pautas das próximas reuniões do CEIVAP, o item de informes oficiais das Câmaras Técnicas,
115 aproveitou para apresentar a nova Coordenadora da Câmara Técnica Institucional do CEIVAP, a
116 Sra. Andréa Francomano, em substituição ao Sr. Eduardo, e fazendo uso da palavra, a Sra
117 Andréa, solicitou em nome da Coordenadora da Câmara Técnica de Educação Ambiental Sra.
118 Georgina, em função de um fórum das Organizações Cívicas realizado no dia 22.11.04 em
119 Paraibuna, a inclusão na pauta da reunião de Muriaé, a apresentação de um Projeto de
120 Mobilização a ser implementado pela Câmara Técnica de Educação Ambiental, e, solicitou que
121 as contribuições para o Regimento Interno, sejam enviadas com antecedência, para não
122 comprometer o andamento das discussões nas câmaras Técnicas; neste momento foi franqueado a
123 palavra ao Sr. Edílson de Paula Andrade, que solicitou o encaminhamento formal da proposta em
124 discussão do Manual de Hierarquização a todos os Organismos, Consórcios e Comitês e
125 entidades de Bacia, para que estes entes possam também se inserirem neste contexto e terem a
126 oportunidade de apresentar sugestões de aprimoramento, concluiu dizendo que, fossem também
127 encaminhados da mesma forma, outros pontos de pauta que sejam relevantes e que tenham a ver
128 com esta integração; pela ordem dos inscritos fez uso da palavra a Sra. Patrícia Bóson (FIEMG),
129 informou, reconhecendo não ser o assunto diretamente ligado ao CEIVAP, e, relatou sobre a
130 Transposição do São Francisco, se mostrando indignada com o ocorrido na reunião do Conselho
131 Nacional de Recursos Hídricos no dia 29 de outubro, onde, 28 Membros representantes da União,
132 votaram que o ‘Conselho não precisaria ouvir o Comitê nem a Câmara Técnica, para tomar suas
133 decisões’. Diante desta indignação a Sra. Patrícia Bóson, solicitou ao CEIVAP, pelo fato de não
134 ser da Bacia, que se articulasse junto ao Fórum Nacional de Comitês, fazendo-se presente no dia
135 30 de novembro, se mostrando contra esta decisão, finalizando sua fala, a Sra. Patrícia como Ex-
136 Conselheira Estadual de Recursos Hídricos, mais uma vez chama a atenção de que, Minas Gerais,
137 já tem uma Minuta de Decreto pronta aprovada pelo Conselho Estadual de Recursos Hídricos, a
138 Lei permite que seja Decreto, informou a Sra. Patrícia que a Lei nº 13.199, modernamente, já
139 colocou o Contrato de Gestão, sendo assim o primeiro Estado a ter o Contrato de Gestão
140 aprovado, e, que a FIEMG já apresentou um documento formal de que é a favor pela cobrança do
141 uso da água, assim, solicitou ao CEIVAP uma moção solicitando as Lideranças do Estado de
142 Minas, explicações ao Comitê pela não implementação da cobrança; Fazendo uso da palavra o Sr.
143 Luiz de Gonzaga Santos, (Prefeito de Paraibuna) atribuiu a não aprovação da cobrança no Estado
144 de São Paulo, a falta de compromisso e vontade política dos Deputados Paulistas; fazendo uso da
145 palavra a Sra. Juliana Koepfel, (FIEMG) endossou as palavras da Sra. Patrícia, reforçando a
146 necessidade da manifestação do CEIVAP, na questão da cobrança em Minas Gerais; com a
147 palavra o Sr. Eduardo Meohas, se manifestou favorável que o CEIVAP envie um pedido
148 solicitando informações oficiais junto aos três Estados sobre o estágio que se encontram a
149 Legislação dos três Governos, lembrando que a Lei aprovada no Rio de Janeiro, vem causando
150 muita discussão, inclusive dentro do próprio Conselho Estadual, que neste momento, abriu para
151 receber novas contribuições; com relação a transposição do São Francisco, o Sr. Eduardo
152 Meohas, entende não ser prudente o CEIVAP entrar nesta discussão; retomou os trabalhos o Sr.
153 Eduardo Meohas, colocou para votação da Plenária do CEIVAP, as propostas de inclusão na

154 pauta de reunião de Muriaé (MG), os itens: - Alteração do Regimento do CEIVAP, Deliberação
155 sobre o parcelamento para os inadimplentes e Apresentação do Projeto de Mobilização
156 apresentado pela Câmara Técnica de Educação Ambiental, que foi aprovado por unanimidade dos
157 Membros; deu seqüência aos trabalhos colocando em discussão o item 4 (quatro) da pauta, e,
158 franqueou a palavra ao Sr. José Leomax dos Santos – Diretor da AGEVAP, que passou a
159 apresentar ao Membros do CEIVAP, os pequenos ajustes no texto do Contrato de Gestão, por
160 sugestão da Secretária de Recursos Hídricos, para que fosse adequada as normas do Conselho
161 Nacional e normas da Política Nacional de Recursos Hídricos onde, não estaria perfeitamente
162 harmonizada segundo a visão da Secretaria de Recursos Hídricos; e, outro ajuste, seria no anexo
163 III, que é o Plano de aplicação de recursos, ajuste este, somente no demonstrativo de contas, não
164 no valor orçamentário, justificou que, com a inserção do PRODES, no contexto dos recursos que
165 estão sendo aplicados na Bacia, teve que repassar o valor de R\$ 322 mil reais, do recurso da
166 cobrança para o PRODES, o que implicou em ajustes no cronograma financeiro previsto para
167 2004., em seguida o Sr. José Leomax, passou a palavra para a Sra. Maria Aparecida Vargas
168 (CFLCL), para que ela relatasse as alterações aprovadas em Câmara Técnica e encaminhada ao
169 CEIVAP, e apresentou, segundo as informações do Sr. Flávio Simões Coordenador Técnico da
170 AGEVAP, que, o recurso R\$ 2,4 milhões, previsto para o Sistema de Esgotamento Sanitário de
171 Guaratinguetá (SP), estar comprometido para aplicação neste ano de 2004, tendo em vista que o
172 Projeto Executivo se encontrava em licitação, e, com previsão de conclusão apenas em março de
173 2005, foi que, buscando otimizar a aplicação deste recurso em 2004, a Câmara Técnica
174 guardando o direito a Guaratinguetá, deste para 2005, incluindo esta condição na Deliberação a
175 ser encaminhada ao CEIVAP, acatou a proposta de redistribuição deste recurso, sendo R\$ 100
176 mil reais, para o cadastramento de regularização de usos, R\$ 730 mil reais para a revitalização
177 dos Canais de Campos (RJ), a inclusão, de mais um módulo na Estação Safira de Muriaé (MG),
178 no valor de R\$ 371,795 mil reais, e R\$ 413,793 mil reais para o módulo 2 da Estação Zona Norte
179 de Ubá (MG); fazendo uso da palavra o Sr. André Pinhel (SERLA), apresentou que a SERLA,
180 como gestora do Fundo Estadual de Recursos Hídricos, tinha o entendimento que o recurso
181 arrecadado, e, que estava sendo disponibilizado, deveria ser aplicado na Bacia do rio Paraíba do
182 Sul, e necessariamente nos rios de domínio do Estado do Rio de Janeiro, seguindo os princípios
183 de investimentos, o Grupo de Trabalho formado na Câmara Técnica, decidiu que parte deste
184 recurso seria investido em ações de Planejamento e parte em ações Estruturais, que foi
185 apresentado a Câmara Técnica, e aprovado, sendo do total previsto, R\$ 700 mil reais, 10% deste
186 (R\$ 63 mil reais) seria para reforço na AGEVAP para custear as despesas com fiscalização neste
187 contrato, R\$ 267 ??? mil reais seriam aplicados em Municípios Fluminenses na definição de
188 projetos executivos de Saneamento, e, os restantes R\$ 300 mil Reais, como complemento no
189 orçamento previsto de R\$ 500 mil reais, na construção de uma estação de tratamento de esgoto no
190 Distrito do Campo do Coelho no município de Nova Friburgo (RJ), concluiu informando que esta
191 proposta estava sendo encaminhada pela Câmara Técnica em forma de uma Deliberação; fazendo
192 uso da palavra o Sr. Wilde Cardoso Gontijo Junior (ANA), lembra que AGEVAP foi concebida
193 como Agência única da Bacia, e, que esta proposta apresentada pela SERLA, vem fortalecer esta
194 expectativa, onde, todo o recurso arrecadado seja aplicado com a deliberação do CEIVAP, para
195 tanto, o Sr. Wilde (ANA) apresentou uma sugestão, aproveitando a oportunidade, que seja
196 firmado um Contrato de Gestão entre a AGEVAP e a SERLA, para validar um mecanismo
197 continuado de transferência deste recurso; fazendo uso da palavra o Sr. André Pinhel (SERLA),
198 em resposta as colocações feitas, informou que todos os mecanismos citados pelo Sr. Wilde
199 (ANA) já vêm sendo apreciados pela procuradoria jurídica da SERLA, mas que, para aquele
200 momento o mecanismo mas rápido seria através de um Convênio com interveniência do CEIVAP
201 por meio da AGEVAP; com a palavra o Sr. Eduardo Meohas, informou a Plenária, que foi
202 aprovado por ocasião da Oficina realizada em Passa Quatro, o aporte de recursos através do
203 Convênio entre o IBAMA e a Petrobrás, para os programas de recuperação e proteção das matas
204 ciliares na Bacia Hidrográfica do rio Paraíba do Sul; passou a ponto de pauta seguinte para a

205 apreciação da Minuta do Edital para o Concurso da AGEVAP, em seguida o Sr. Eduardo Meohas
206 colocou em votação os itens 4, 5 e o Edital de Concurso, que foram aprovados por unanimidade
207 na Plenária; por sugestão, foi feita uma inversão de pauta, passando para assuntos gerais, o Sr.
208 Eduardo Meohas franqueou a palavra para a Sra. Marilene Ramos (FGV), que propôs fazer um
209 convite a um representante do Ministério das Cidades, para discutir com o CEIVAP, as questões
210 de criação deste outro Fórum alternativo para a questão da Política Nacional de Saneamento,
211 proposta aceita pelo Presidente do CEIVAP, e aprovado pela Plenária, e solicitou da Secretaria
212 Executiva as devidas providências, e, a inclusão na pauta de Muriaé; ainda com a palavra a Sra.
213 Marilene Ramos (FGV), reconsiderou sua colocações, quando do questionamento da aprovação
214 da Lei que implementa a cobrança pelo uso da água no Estado de São Paulo, esclarecendo que foi
215 mal interpretada em suas palavras, e que seu intuito maior é sensibilizar o CEIVAP em busca de
216 apoio para que a lei seja aprovada; fazendo uso da palavra o Sr. Tadeu Guimarães, (Sindicato
217 Rural de Guaratinguetá), propõe como encaminhamento que, o valor da contra-partida dos
218 tomadores de recursos provenientes da cobrança, seja aumentado, sugerindo um percentual de
219 50%, o que acarretaria em uma disponibilidade maior de aplicação destes recursos; e, um outro
220 encaminhamento seria encontrar um instrumento no Contrato de Gestão, que viabilize transferir
221 os custos financeiros, hoje, em sua totalidade previsto no item 1.1.2 do Cronograma de
222 Desembolso (despesa com gerenciamento financeiro) para os tomadores, de tal forma que
223 aumente as condições operacionais da AGEVAP; fazendo uso da palavra o Sr. Jander Duarte
224 (ABRH-RJ), comunicou aos Membros do CEIVAP, que foi reconstituída a nova Diretoria da
225 ABRH regional Rio de Janeiro, da qual ele Sr. Jander Duarte, Sra. Luiza Cristina (FURNAS) e a
226 Sra. Tereza (UERJ), foram eleitos os novos Diretores desta instituição da Regional Rio de
227 Janeiro, colocando seus trabalhos através de Fóruns e seminários a disposição do CEIVAP, e
228 concluiu sua fala solicitando a AGEVAP, que esclareça enviando um comunicado a ABRH,
229 quanto da sua representatividade na Assembléia Geral da AGEVAP; fazendo uso da palavra o Sr.
230 Rui Brasil (SRHSO), lembrou mais uma vez que, o Governo do Estado de São Paulo encaminhou
231 a 5 anos, e, não a 8 anos o Projeto de Lei para a Assembléia Legislativa, trocou os Projetos por
232 ter encontrado dificuldades no ano de 2000, e este se mantém até hoje, sem nenhuma alteração, e
233 a grande dificuldade para a sua aprovação se esbarra nas questões políticas, e no seu entender, a
234 forma de ajudar a acelerar este processo é a interferência do CEIVAP junto aos Deputados, e que
235 o Governo esta empenhado neste intuito, através de inúmeras reuniões com as lideranças, e varias
236 Audiências Públicas realizadas na Assembléia, informou também que foi incluído nos Estudos
237 Técnicos do Plano Quadrienal de Recursos Hídricos do Estado, já uma proposta de
238 Regulamentação, que prevê uma atualização todos os estudos sobre cobrança; pela ordem das
239 inscrições, fez uso da palavra a Sra. Fátima Casarin (CECNA), que informou que estaria sendo
240 realizado dia 26.11.04, nas dependências da FGV Rio de Janeiro, um seminário sobre Recursos
241 Hídricos, tendo como exposição no período da manhã, a Área de Abrangência dos Comitês e
242 Bacias do Estado do Rio de Janeiro, e, no período da tarde com o tema O Papel da Agência e a
243 Função do Órgão Gestor no Estado; fazendo uso da palavra a Sra. Vera Lúcia Teixeira (NVNV),
244 solicita apoio da AGEVAP e CEIVAP, as Organizações Cívicas, para viabilizar transporte,
245 alimentação e hospedagem por ocasião das reuniões em Muriaé (MG), fazendo uso da palavra o
246 Sr. Ângelo Lima representado a WWF Brasil, lembrando que em primeiro momento foi realizado
247 na Bacia um evento sobre Águas e Florestas, e que a WWF gostaria de dar continuidade ao
248 projeto, fase II, que prevê inicialmente um curso de capacitação voltado para a integração de
249 Águas e Florestas, e informou que, a convite, participou da Oficina organizada pelo IBAMA em
250 Passa Quatro, com o objetivo de se pensar o projeto, discutindo o conceito, e as questões de
251 recuperação de matas ciliares, destacando que esta Oficina teve como objetivo a elaboração dos
252 projetos de recuperação de matas ciliares na Bacia Hidrográfica do rio Paraíba do Sul, lembrando
253 que São Paulo apresentou o projeto completo, o Rio de Janeiro apresentou apenas uma proposta
254 de projeto e Minas Gerais apresentando um projeto parcial, concluindo o Sr. Ângelo Lima
255 (WWF), enfocou que as decisões da Oficina viessem para ser validados de alguma forma pelo

256 CEIVAP, tendo em vista que na coordenação dos projetos está o CEIVAP como um dos
257 responsáveis pela coordenação; retomando a condução dos trabalhos o Sr. Eduardo Meohas falou
258 da importância de se aprovar o novo Regimento Interno do CEIVAP, que no seu entender,
259 fortalecerá ainda mais o ente maior que é o CEIVAP, principalmente porque este novo
260 Regimento dará plena e total integração entre CEIVAP e AGEVAP; retomando a seqüência em
261 atendimento a pauta, o Sr. Eduardo Meohas, informou, que ficou prejudicado o encaminhamento
262 que trata o item 6 da pauta, sobre o Convênio entre a AGEVAP e o CBH-PS, justificou que os
263 Membros do CEIVAP não haviam recebido antecipadamente para análise e conhecimento a
264 Minuta do Convênio, e, que esta deverá constar na pauta da próxima reunião do CEIVAP em
265 Muriaé (MG); fazendo uso da palavra o Sr. José Leomax, lembrou a todos presentes que, o
266 Contrato de Gestão esta em pleno andamento, e, que, dentre os 50 sub-indicadores, onde cada
267 sub-indicador tem suas metas, e algumas delas, devem ser atingidas até dezembro de 2004, e,
268 chamou a atenção, uma destas metas é estabelecer instrumentos de cooperação com Órgãos
269 Gestores, Outorgantes, Entidades Civas, Órgãos de Bacias Hidrográficas e outros. Desta forma,
270 explicou o Sr. José Leomax, que esta proposta, que não é um Convênio e sim um termo de
271 Cooperação, entre a AGEVAP e o CBH-PS, visa o intercambio de informação e a integração dos
272 Planos de Bacia, fundamentadas, respaldadas e aprovadas em reuniões Plenárias do Comitê
273 Paulista e do CEIVAP; informou também que, estes termos de Cooperação previsto no Contrato
274 de Gestão, vem sendo discutidos, e que havia assinado o primeiro deles com a AEDB, estando
275 em discussão outros com a WWF, DAEE, etc. Solicitou uma reflexão de todos, pois falhas
276 devem acontecer, considerando que o quadro atual da AGEVAP esta reduzido, e submetido a
277 uma grande demanda de trabalho, e ainda atender o Contrato de Gestão, que esta ai para ser
278 avaliado pela comissão de acompanhamento da ANA, assim sendo pediu a compreensão de todos
279 fazendo esta reflexão; fazendo uso da palavra o Sr. Nazareno Mostarda Neto Secretário
280 Executivo da CBH-SM (Serra da Mantiqueira), deu destaque a importância de se manter
281 monitorado os níveis dos reservatórios, pelos órgãos gestores da Bacia Hidrográfica, atribuindo
282 esta responsabilidade ao CEIVAP que é o Comitê de Integração desta Bacia, por ser este um
283 compromisso importante que reflete principalmente na economia destes três Municípios
284 lindeiros, que vêm na exploração do Turismo aquático e na balneabilidade a salvação de suas
285 economias, citando o projeto em andamento que prevê a ligação via aquática entre estes
286 municípios; retomando a condução dos trabalhos, o Sr. Eduardo Meohas, passou a fazer a entrega
287 do Diploma em homenagem as pessoas que se destacaram no âmbito da Bacia Hidrográfica do
288 Paraíba do sul, e chamou para receber este Diploma, rendendo homenagens ao Sr. Edílson de
289 Paula Andrade, Geólogo do DAEE, Ex-Secretário Executivo do CBH-PS e do CEIVAP, pelo
290 trabalho e dedicação em prol da Bacia Hidrográfica do rio Paraíba do Sul; dando seqüência,
291 chamou para receber o Diploma de destaque o Sr. Luiz de Gonzaga Santos, Prefeito por dois
292 mandatos consecutivos a frente da Cidade de Paraibuna, e Ex- Presidente do CBH-PS, pela
293 dedicação, empenho e o carinho que tratou dos assuntos de relevância na Bacia Hidrográfica do
294 rio Paraíba do Sul; em seguida, o Sr. Eduardo Meohas Presidente do CEIVAP passou então ao
295 encerramento dos trabalhos, agradeceu a presença de todos os Membros da Plenária e declarou
296 encerrada a reunião, tendo a presente ata sido lavrada por mim, Flávio Simões, secretário “ad hoc”
297 e que será assinada pelo Sr. Eduardo Meohas, Presidente do CEIVAP, após sua aprovação.

298

299

300

301

302 Eduardo Meohas

303 Presidente do CEIVAP

Juliana Koeppel

Secretário-Executivo do CEIVAP